

Setor gráfico perde a identidade

GIZELLA RODRIGUES

DA EQUIPE DO CORREIO

Igrejas, lojas, bares, boates, escolas e quitinetes surgiram em terrenos originalmente destinados a gráficas e descaracterizaram o Setor de Indústrias Gráficas (SIG) do Plano Piloto. Estudo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma) constatou que 60% dos estabelecimentos da região são ilegais porque desrespeitam as normas de gabarito estabelecidas para o setor.

Para evitar os abusos, o governo elabora um projeto de lei que vai mudar o uso e destinação dos terrenos do SIG. A idéia é legalizar a instalação de comércio, escritórios, estacionamentos, órgãos públicos e até mesmo residências e evitar que o desvirtuamento do setor seja ainda maior. A proposta não está fechada e, antes de ser enviada para a Câmara Legislativa, precisará passar pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan), o que deve ocorrer até o fim do mês.

Os técnicos que elaboram o projeto já consultaram o Ministério Público do DF e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Os dois órgãos são contra a permissão da atividade habitacional no SIG por causa do impacto que a medida terá no trânsito. A Seduma quer permitir residências nas quadras 3, 6 e 8, onde atualmente já existem quitinetes ocupadas em cima de lojas. "É claro que este limite não vai durar muito tempo. Ao ver que é legal, as pessoas vão querer morar em outros lugares também," pondera o promotor da 4ª Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Proub), Paulo José Leite.

A legislação que estabelece o tipo de ocupação permitida no SIG é de 1988. As Normas de Gabaritos (NGB) nº 52 e 55 permitiram que depósitos, oficinas e indústrias relacionadas com jornais e revistas, gráficas e editoras, instituições de serviços financeiros e de transmissão e recepção de rádio e TV se instalassem no local. Empresas de telefonia celular, porém, não estão incluídas porque esse tipo de atividade sequer existia no Brasil na época. De acordo com o Sindicato das Indústrias Gráficas (Sindgraf), no entanto, apenas 73 gráficas estão em funcionamento no SIG.

Alterações

Além disso, a Seduma encontrou no setor três igrejas evangélicas, duas sedes de empresas transportadoras de serviços, três salões de festas, duas boates de strip-tease, uma academia de ginástica, além de escritórios, estacionamentos e quitinetes. O desvirtuamento foi denunciado

Fotos: Iano Andrade/CB/DA Press



TEMPLOS RELIGIOSO E CASA NOTURNA DIVIDEM ESPAÇOS CONTÍGUOS NA VIZINHANÇA DE EMPRESAS DE TELEFONIA E PRÉDIOS DE ESCRITÓRIOS

pelo Correio em fevereiro de 2007. "Esse tipo de mudança é natural de uma cidade. O SIG, apesar de ter sido previsto por Lucio Costa e estar dentro da área tombada, não é determinante nas quatro escalas de Brasília", explica a assessora especial do gabinete da Seduma, Gisele Moll. "A proposta é ajustarmos a lei à realidade, mas não permitir tudo", ressalta. Segundo ela, atividades que estiverem em desacordo com o perfil do setor — que ainda não foram definidas — terão que ser retiradas.

O presidente do Sindgraf, Antônio Eustáquio de Oliveira, diz que as mudanças beneficiariam o setor. Ele alega que, como os imóveis no SIG são caros — um terreno de 5 mil metros quadrados vale R\$ 15 mil —, muitos empresários preferiram instalar



CORREIO PUBLICOU A PRIMEIRA MATÉRIA SOBRE O TEMA EM 2007

suas gráficas em outras cidades do DF. A gráfica dele, por exemplo, fica no Núcleo Bandeirante. "As empresas que estão no SIG não conseguem crescer porque o setor fica no centro de Brasília

e está imprensado no Sudoeste. Além disso, não há estacionamento nem espaço para os caminhões de entrega manobrem. Mudar a destinação vai valorizar o terreno e permitir que o empresário invista em outros locais", acredita. Ele reivindica junto ao governo uma área no Pólo JK, perto de Santa Maria, para a instalação das gráficas. Segundo ele, cada uma precisaria de uma área de 6 mil metros quadrados.

SUDOESTE EM PAUTA

O Tribunal de Contas da União (TCU) deve julgar hoje o processo de permuta entre a Marinha e a Antares Engenharia, firmado em novembro do ano passado. A corporação trocou uma área de 140 mil metros quadrados no Sudoeste por 784 apartamentos em Águas Claras, que seriam usados como imóveis funcionais por militares transferidos para Brasília. Em março deste ano, porém, o TCU suspendeu temporariamente o contrato por suspeitas de irregularidades, como a falta de licitação. O processo está na pauta de julgamento da sessão plenária do TCU, que reúne os nove ministros do órgão, e eles podem ou não considerar a transação entre a Marinha e a construtora legal.



NO LUGAR DE GRÁFICAS, RESTAURANTES E QUITINETES NO ANDAR SUPERIOR

Desordem no trânsito

Para o superintendente do Iphan, Alfredo Gastal, as mudanças são uma forma de organizar o Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Mas ele não concorda com o uso residencial na área. "Um setor de indústrias gráficas perdeu o sentido. Hoje, essas empresas funcionam em pequenas salas por causa do uso de computadores. Para botar ordem, é preciso definir o uso mais adequado para os lotes. O que não pode é permitir que o setor entre em decadência, com a instalação de igrejas a prostíbulos", ressaltou. Gastal, porém, afirma que

o GDF deveria ter mais cautela ao permitir a instalação de quitinetes no setor. "Não podemos deixar a cidade cheia de módulos de engarrafamentos."

Pessoas que freqüentam o SIG também não aprovam a instalação de quitinetes. "Aqui não é lugar para residência. É muito isolado, deve ser perigoso à noite. Eu não me arriscaria a morar aqui", disse a professora Vanessa Soares, 32 anos. No fim da tarde de ontem, ela foi buscar um colega no trabalho e sofreu para encontrar uma vaga. "Tive que ficar esperando alguém sair e, mesmo assim, parei na contramão. E as pessoas que morarem aqui, onde vão parar o carro? Vão chegar em casa e encontrar as vagas ocupadas", questionou. (GR)